

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA, DE CONSTRUÇÃO DE SABERES E DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CAMPO

Lenice Sales de Moura¹; Gabriela Sales de Moura²; Gardner de Andrade Arrais³

¹Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação Municipal de Picos (SEME), Picos, Piauí, Brasil, e-mail: lenicessales@gmail.com

²Estudante do do Curso de Licenciatura Educação Bilíngue de Surdos, PARFOR, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil, e-mail: gabisales0310@gmail.com

³Professor da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil, e-mail: gardner@ufpi.edu.br

RESUMO

Este texto apresenta reflexão sobre a Escola Família Agrícola e a Pedagogia da Alternância como lugar de resistência, de construção de saberes, de contribuição para o desenvolvimento local e de fortalecimento da Educação do Campo. O objetivo foi compreender de que maneira as Escolas Família Agrícola, por meio da Pedagogia da Alternância, têm contribuído para o fortalecimento da Educação do Campo, especialmente no que se refere à formação integral dos sujeitos, à valorização dos saberes camponeses e à promoção do desenvolvimento local sustentável. Trata-se de pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, utilizando como fontes publicações científicas relacionadas ao objeto de estudo. A EFA é espaço de formação e transformação do sujeito do campo, historicamente marginalizado em relação ao direito à educação. Portanto, a Escola Família Agrícola e a Pedagogia da Alternância são criadas como alternativa à necessidade de uma educação específica para os jovens do campo, de modo a gerir a complexidade da relação escola, família/comunidade, trabalho. Conclui-se que as Escolas Família Agrícolas são importantes instituições no desenvolvimento de uma educação voltada à valorização dos saberes produzidos pelos sujeitos do campo e que, por meio de uma proposta de formação integral, promova o desenvolvimento do território de modo (auto)sustentável.

Palavras-chave: Escola Família Agrícola. Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Desenvolvimento local.

Introdução

As Escolas Família Agrícola (EFAs) surgem da organização de famílias camponesas que, ao reconhecerem as necessidades educativas de seus filhos, constroem uma proposta educativa voltada à formação integral dos jovens e ao desenvolvimento local sustentável, sem que estes precisem deixar seu território. Além da formação profissional, promovem acompanhamento personalizado, valorização das potencialidades e elaboração de projetos de vida articulados à família e à realidade local, entre outras iniciativas. Além disso, o caráter comunitário identifica o trabalho na EFA.

Um diferencial da Escola Família Agrícola é o desenvolvimento de formação integral com filhos e filhas de trabalhadores do campo, que efetiva-se na realidade do estudante, de

modo a lhes permitir atuar, no futuro, como profissional para atender as comunidades camponesas, além de dar-lhes condições para fazer a leitura crítica do mundo.

A EFA é, portanto, uma importante instituição na construção de uma educação que considera os sujeitos como protagonistas, promotores do desenvolvimento local, por meio de uma proposta pedagógica diferenciada, que objetiva a permanência de seus egressos em suas comunidades, com a valorização da cultura local.

Como dito, a formação tem como um de seus objetivos o desenvolvimento local, não como um processo imposto de fora para dentro, mas construído a partir da consciência do camponês como sujeito do campo e de seu sentimento de pertencimento ao território camponês¹. Compreende-se o local não apenas como espaço geográfico, mas como construção social, voltado à melhoria das condições econômicas e profissionais, por meio da valorização dos recursos disponíveis e das potencialidades dos próprios jovens.

É importante enfatizar que a educação desenvolvida na EFA não se limita à formação técnica, voltada ao trabalho agrícola; seu propósito é formar sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir em sua realidade e contribuir para a transformação do meio em que vivem, promovendo o desenvolvimento do território com a valorização da cultura camponesa, de suas tradições e de suas práticas comunitárias. Para que essa transformação se efetive, a escola precisa ultrapassar os limites da sala de aula, articulando-se às famílias em uma relação de corresponsabilidade, por meio da Pedagogia da Alternância², do exercício da participação e da organização coletiva.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender de que maneira as Escolas Família Agrícola, por meio da Pedagogia da Alternância, têm contribuído para o fortalecimento

¹ “O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. [...] A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas.” (Fernandes, 2012, p. 746)

² De acordo com Gimonet (2007, p. 122) “A Pedagogia da Alternância pretende viver e gerir a complexidade como espaço educativo, canteiro de formação e de desenvolvimento, fonte de saberes e de conhecimentos. Trata-se, para a formação, educação, orientação de um jovem e, de maneira concomitante, para o desenvolvimento local, de trabalhar com todos os componentes da vida quotidiana, ou seja, a complexidade, tal como foi definida por E. Morin.”

da Educação do Campo, especialmente no que se refere à formação integral dos sujeitos, à valorização dos saberes camponeses e à promoção do desenvolvimento local sustentável.

Apresenta-se, a seguir, o resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com o propósito de analisar produções acadêmicas e referenciais teóricos que discutem a proposta educativa desenvolvida nas EFAs, bem como suas contribuições históricas, sociais e pedagógicas.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: RETROSPECTO HISTÓRICO DE UMA PROPOSTA SIGNIFICATIVA PARA A EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO

As Escolas Família Agrícola têm origem na França, em meados do século XX, período de esvaziamento do campo, que coincidia com a urbanização e industrialização da cidade. O estado deixa a população rural desassistida de políticas públicas de educação, obrigando os filhos dos agricultores a deixarem suas propriedades em busca de escola, movimento que causou grande preocupação entre os agricultores, que estavam com medo de que seus filhos, estudando em escolas urbanas, pudessem rejeitar o campo e passassem a considerá-lo um lugar atrasado, ultrapassado, que simplesmente deveria ser abandonado, passando a acreditar que “só a cidade representava o desenvolvimento, a modernidade, o progresso, a ciência, a tecnologia e a boa escola” (Nosella, 2020, p. 12).

Em meio a tal situação, surgiu a figura do Padre Granereau, um importante ator social na criação das EFAs. Foi ele que na França fundou, em 1911, um sindicato rural para ajudar os camponeses a superar o isolamento e o individualismo, e em 1914 chegou à conclusão de que o problema agrícola estava na educação, isto é, a necessidade de uma formação capaz de preparar chefes de pequenas empresas rurais (Nosella, 2012, p. 47).

Nesse contexto, pode-se afirmar que as Escolas Família Agrícola nasceram da organização e da necessidade dos agricultores à época, por uma escola que oportunizasse a seus filhos estudarem sem necessariamente deixarem suas famílias e seu local de origem.

À semelhança do que ocorreu na França, as EFAs chegam ao Brasil em um contexto marcado pela Ditadura Militar, período em que o desenvolvimento era concebido como resultado do grande capital, da industrialização e da expansão da monocultura. Nesse cenário, o povo camponês permaneceu desprovido de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento humano do campo, vivenciando o empobrecimento crescente e o abandono



de suas lavouras. Diante dessa realidade, o Padre Pietrogrande levou ao Espírito Santo a primeira experiência dessa proposta educativa voltada ao meio rural: a Escola Família Agrícola.

[...] implantada no Brasil na década de 1960, a partir de inspirações iniciadas na França e espalhadas pela Itália, Espanha, África. Entre outros objetivos na época, a EFA surge como uma possibilidade de educação apropriada às necessidades sociais históricas para conter o êxodo, desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono, entre outras mazelas, através de uma formação conscientizadora dos alunos e suas famílias junto às comunidades. As Escolas Famílias Agrícolas, portanto, surgem como iniciativa estratégica de promoção e desenvolvimento dos agricultores familiares, mas também como alternativa à falta de políticas públicas voltadas para o setor (Begnami, 2003, p. 14).

Assim como na França, as EFAs são implantadas no Brasil como meio de sanar as necessidades de um povo totalmente desassistido pelo Estado, que luta por melhores condições de vida e vê na organização popular e na educação o meio de ascender socialmente. O estado do Espírito Santo não se encontrava alheio ao que estava acontecendo no Brasil e com a ajuda do Padre Pietrogrande, que volta de uma viagem à Itália, traz um novo conceito de escola que visa uma melhor qualidade de vida para as pessoas que habitavam o meio rural no Estado do Espírito Santo.

Ao trazer o projeto das EFAs para o Brasil, promoveu-se uma educação voltada aos filhos de agricultores, oferecendo conhecimentos e formação política capazes de prepará-los para enfrentar as dificuldades vivenciadas no campo, desenvolvendo competências como: “[...] o engajamento, a tomada de responsabilidade, a aquisição de qualidades necessárias para o jovem se tornar um animador, um militante das transformações desejadas para o meio rural” (Silva, 2012, p. 41). Por meio do ensino desenvolvido nas EFAs, os povos camponeses fortaleceram o enfrentamento político, lutando por sua permanência no campo e pelo direito à terra e à educação de qualidade. A formação militante é um dos seus principais princípios educativos. É preciso formar sujeitos críticos com condições de enfrentar, lutar e resistir a políticas governamentais opressoras que promovem o desmonte da educação pública, incluindo a Educação do Campo, e acabar com esse estereótipo de que os povos são apenas mão-de-obra, sujeitos sem condições de aprender, por isso não necessitam estudar, apenas trabalhar.

As EFAs chegam ao Brasil com forte influência da Igreja Católica, em um contexto histórico de ditadura e negação de direitos, em que o desemprego e o esvaziamento do campo eram uma constante no país. Neste cenário, era preciso fomentar a permanência dos jovens no campo de forma digna. Os pais camponeses viram na educação ofertada pelas EFAs aos seus filhos uma oportunidade de vida melhor e assim garantir a sua permanência no campo.

As Escolas Famílias Agrícolas surgiram neste cenário como meio para mobilizar a população do campo, em busca de resistência e manutenção da sua identidade com um modelo e uma proposta de educação do campo. Foi uma tarefa árdua, mas que teve resultado positivo e efetivo. A criação das Escolas Famílias Agrícolas brasileiras foi embasada em experiências europeias, implementada com o auxílio da igreja católica, mas que somente se consolidou com a atuação emancipatória dos agricultores (Nascimento; Bianchini, 2020, p. 126).

O caminho encontrado foi a formação técnica vinculada à formação humana, que considerava todas as dimensões da vida do sujeito, incluindo a preparação para o mundo do trabalho. García-Marirrodriaga e Puig Calvó (2010) ressaltam que o ensino deve assumir caráter técnico como forma de amparar os jovens no âmbito de uma educação com identidade campesina. Nesse sentido, as EFAs têm a finalidade de formar sujeitos para o mundo do trabalho, oferecendo uma formação técnica que possibilite aos camponeses desenvolver práticas agrícolas eficientes e ecológicas, orientadas pela sustentabilidade. Dessa forma, contribuem para garantir sua subsistência, o sustento de suas famílias, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Pedagogia da Alternância surgiu na França, em 1935, nas Escolas Família Agrícola, como alternativa ao modelo educacional vigente, que afastava os filhos de agricultores do campo à medida que avançavam nos estudos. Diante do abandono social e econômico vivido no período e da inadequação da educação às suas necessidades, os agricultores, com apoio da Igreja, organizaram uma proposta educativa que valorizasse o homem do campo, atendesse às especificidades dos jovens rurais e garantisse sua permanência em seus espaços de vida e trabalho (Nosella, 2012). De acordo com Nascimento (2005, p. 34):

Em relação à educação, os filhos/as dos camponeses/as franceses tinham duas opções: ficar na propriedade dos pais, com a família e trabalhando de sol a sol, ou de frio a frio, ou então, ir para as cidades onde tinham escola pública, saindo da realidade familiar rural e cultural que os cercava até este momento. [...]. Alguns afirmam que os pais camponeses da França da década de 30 não queriam que seus filhos/as fossem estudar na cidade por medo de voltarem renegando a cultura e a dura realidade do meio rural.

Preocupava-se também com o tipo de educação que esses jovens teriam longe de suas origens, de sua cultura. Os mesmos tinham consciência de que a educação oferecida pelo Estado não atendia aos seus anseios e começaram então a pensar e desenvolver uma educação que

tivesse a participação de todos, ou seja, pais, alunos, organizações locais e a comunidade escolar, de base comunitária, com a valorização dos saberes locais e voltada ao desenvolvimento do território, de modo a promover uma formação integral dos sujeitos.

Então, em 1968, a Pedagogia da Alternância chegou ao Brasil, por meio das Escolas Família Agrícola e das Casas Familiares Rurais no interior do Espírito Santo. Com base em Nosella (2012), compreende-se que sua introdução ocorreu a partir da iniciativa de um padre jesuíta italiano — Pe. Humberto Pietrogrande — que, conhecendo a realidade socioeconômica da região, buscou alternativas para promover o desenvolvimento da população capixaba, majoritariamente formada por descendentes de imigrantes italianos. Por intermédio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) foi determinada a criação de “[...] 3 Escolas da Família Agrícola (EFAs) visando a formação dos jovens do meio rural” (Nosella, 2012, p. 66).

A Pedagogia da Alternância nasce no Brasil como uma proposta de organização do ensino no/do campo, e de acordo com Ribeiro (2010, p. 293) “[...] tem o trabalho como um princípio educativo de uma formação humana integral, que articula dialeticamente o trabalho produtivo ao ensino formal”. Essa pedagogia é entendida pelos sujeitos que formam os movimentos sociais do campo como proposta de educação libertadora, permitindo ao homem do campo uma educação integral, que valoriza a experiência do aluno, o contexto no qual está inserido e as marcas identitárias dos povos do campo. O aluno é parte integrante na construção do seu conhecimento. Nessa direção, a Pedagogia da Alternância oferece aos jovens do campo a possibilidade de acesso ao conhecimento não como algo dado por outrem, mas como um conhecimento, conquistado, construído a partir da problematização de sua realidade. Problematização essa que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (Cordeiro, 2009, p. 59).

A Pedagogia da Alternância respeita os diferentes tempos e espaços de formação dos sujeitos, de modo contínuo e sem linearidade de atividades, como se vê nas escolas tradicionais. Neste sentido, podemos corroborar com as autoras quando dizem que:

A formação por alternância tanto inclui quanto transcende o espaço escolar e, portanto, a experiência torna-se um lugar com estatuto de aprendizagem e produção de saberes em que o educando assume o papel de ator protagonista, apropriando-se individual e coletivamente do seu processo de formação (Alves; Santos, 2016, p. 3).

A Pedagogia da Alternância possibilita a interação entre o estudante que habita o campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de

conhecimentos entre seu ambiente de vida, de trabalho e escolar, sempre visando a integração escola, família e comunidade. Para Caldart (2011, p. 104), abordando a experiência do MST, a alternância “[...] permite uma troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares e do vínculo dos educandos com o assentamento ou acampamento, o MST e a terra”. Nessa experiência, a Pedagogia da Alternância se dá em dois tempos:

O tempo-escola, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam para realizar tarefas que garantam o funcionamento da escola, avaliam o processo e participam do planejamento das atividades, vivenciam e aprofundam valores; o tempo-comunidade, que é o momento onde os educandos realizam atividades de pesquisa da sua realidade, de registro desta experiência, de práticas que permitem a troca de conhecimento nos vários aspectos. Este tempo precisa ser assumido e acompanhado pela comunidade Sem Terra (Caldart, 2011, p. 105).

Em termos normativos, no Brasil, a Pedagogia da Alternância é abordada, por exemplo, no Parecer CEB/CNE Nº 01/2006, do Conselho Nacional de Educação, que trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) (BRASIL, 2006) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Nº 9.394/1996), que foi incluída pela Lei Nº 14.767, de 22 de dezembro de 2023. Porém, proporcionalmente à extensão territorial e amplitude dos sistemas educacionais no Brasil, poucas são as experiências em que se aplica essa pedagogia.

Nosella (2012) afirma que a Pedagogia da Alternância foi idealizada para ser um novo modelo de educação, uma educação participativa, crítica e libertadora que oportunize ao povo do campo a construção de seu conhecimento, partindo da sua realidade, considerando seus costumes, que aproxime a comunidade da escola, que utilize os conhecimentos locais do ambiente escolar, relacionando a teoria com a prática, ação-reflexão dentro do processo de aprendizagem. Para Nosella (2012, p. 81) “o objetivo da Pedagogia da Alternância não foi o de melhorar a escola tradicional, mas sim, criar outra escola”. Uma escola que não apenas reproduza a educação dos centros urbanos, mas que mostre as potencialidades existentes no campo e que favoreça o acesso e permanência dos jovens camponeses nos processos escolares.

Historicamente, a educação escolar para as populações camponesas foi pensada nos moldes urbanos para atender aos interesses do capital e os povos do campo são vistos, ainda hoje, como potencial mão-de-obra e, por isso, tidos como incapazes de pensar criticamente. Partindo desse entendimento, as políticas de educação que chegam ao campo nada têm a ver com sua realidade, seus hábitos, sua cultura, como podemos ler na citação a seguir:

O modelo educativo que subsidia a educação para os povos do campo distancia-se dos hábitos, das tradições, dos costumes, enfim, do modo de ser dessa realidade, e centra-

se em bases que não fortalecem a sua cultura, vendo o campo apenas como espaço de produção e os camponeses como sujeitos desta produção, base que está fundamentada nos ideais do capitalismo que, por sua vez, negligencia o desenvolvimento humano (Costa; Cabral, 2016, p. 180).

Nesse cenário é que surge a Educação do Campo, com a organização dos camponeses nos movimentos sociais, não como simples metodologia, mas como projeto educativo brasileiro que se contrapõe ao modelo mercantil e capitalista. Constitui-se como movimento de luta em defesa dos direitos dos povos do campo por uma educação no e do campo, que assegure aos trabalhadores o direito de produzir e participar da construção do conhecimento e das transformações na sociedade. Propõe romper com a hierarquização do saber dominante que deslegitima os sujeitos do campo, historicamente resistentes a um modelo que os oprime, os exclui e os reduz à formação de mão-de-obra para o mercado (Caldart, 2009).

É nesse entrelaçamento de lutas e concepções que a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância se encontram, compartilhando princípios voltados ao bem-estar e à emancipação dos povos do campo. A Pedagogia da Alternância desenvolve-se a partir da realidade, da cultura e das vivências camponesas, promovendo uma formação que articula conhecimento acadêmico e consciência crítica, preparando os sujeitos para atuarem em suas comunidades, nos movimentos sociais e nas diversas esferas do desenvolvimento econômico, social e político da sociedade brasileira. De acordo com Caldart (2009):

Na sociedade em que estamos e numa correlação de forças tão desfavorável aos trabalhadores e à própria ideia de transformações sociais mais radicais, não se espere que o Estado brasileiro, e nem mesmo que os ‘governos de plantão’, aceitem (primeiro) uma política de educação que tome posição (prática) por um projeto popular de agricultura, de desenvolvimento do campo, do país, que ajude a formar os trabalhadores para lutar contra o capital e para construir outro sistema de produção, outra lógica de organização da vida social (que é exatamente o objetivo originário da Educação do Campo). E (segundo) que aceitem os movimentos sociais como protagonistas da Educação do Campo, que aceitem os trabalhadores pobres do campo como sujeitos da construção (forma e conteúdo) de políticas públicas, ainda que específicas para sua própria educação. Se fosse assim, a hegemonia do Estado já seria outra (Caldart, 2009, p. 53).

Infelizmente, a conquista de políticas públicas de Estado é o grande desafio a ser vencido. Embora existam políticas implementadas em termos de educação para o campo, ainda é pouco frente às necessidades dos camponeses. Entretanto, não deve ser motivo para desânimo, mas para ampliar a organização, encontrando estratégias, a fim de continuar progredindo na construção do projeto de educação que queremos para o campo.



PRINCIPAIS REFLEXOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

A Pedagogia da Alternância, no Brasil, emerge como uma proposta educativa para o campo, que oportuniza escolarização para jovens residentes em espaços rurais, a partir da necessidade de gerir a complexidade trabalho/estudo/família/comunidade. Uma proposta educativa feita pela população campestre, que se consolidou por acreditar na capacidade do homem do campo e na possibilidade de desenvolver uma educação diferenciada pautada na valorização da terra, unindo formação técnica e profissional à formação humana, tornando o agricultor familiar autossustentável (Jesus, 2011).

De acordo com Jesus (2011, p. 68) “essa pedagogia permite uma formação global onde a experiência e a sistematização ficam presentes; da experiência emergem os novos conhecimentos que são retomados pela escola para aplicação imediata em outras situações de aprendizagem”. Portanto, pode-se dizer que é uma proposta educativa que parte da necessidade da comunidade em construir uma educação que tenha significados e aproxime o que é aprendido na escola com o mundo do trabalho dos sujeitos, desta forma contribuindo para o desenvolvimento local de forma sustentável e contribuindo para a formação socioprofissional, sendo possível a imbricação entre os conhecimentos escolares desenvolvidos na escola e o meio de vida dos alunos.

A educação ofertada nas EFAs por meio da Pedagogia da Alternância destaca o desenvolvimento do meio como sendo um de suas finalidades formativas. Segundo García-Marirrodiga e Puig Calvó (2010, p. 141) deve-se compreender o desenvolvimento local:

[...] enquanto desenvolvimento de um território a cargo de sua própria população, supõe para as pessoas um marco de afirmação de seu sentimento de pertencer a certo território e de identificação com a necessidade de atender a sua renovação e melhora, assim como de estímulo e mobilização em torno de objetivos concretos para alcançá-la.

Partindo desse pensamento, uma educação que favorece o desenvolvimento local está formando sujeitos que se comprometem com a coletividade, com o meio ambiente e que vão promover iniciativas que irão contribuir para melhorar sua situação econômica e profissional valorizando e preservando os recursos naturais locais disponíveis, fomentando assim “mudanças sociais e políticas que não comprometem os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades” (Jesus, 2011, p. 72).

A Pedagogia da Alternância envolve um conjunto de métodos e técnicas que objetivam a própria viabilidade, ou seja, o estudante, vivendo a educação por meio da alternância de

espaços e tempos, poderá compreender “que o ser humano, na sua complexidade, só pode desenvolver-se na complexidade que constitui sua vida e seus diferentes componentes em interação (física, familiar, social, profissional, cultural, espiritual, escolar...)” (Gimonet, 2007, p. 122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, fica evidente a importância das Escolas Família Agrícola para o desenvolvimento de uma educação emancipadora e transformadora. Partindo dessa conclusão, é importante defendermos um modelo escolar que permita aos sujeitos do campo se reconhecerem como construtores de saberes e que, em colaboração com o trabalhador campestre, possam promover e ampliar as oportunidades de aprendizagens e crescimento para que possam desempenhar, de forma competente, suas atividades profissionais, reforçando a necessidade de uma educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

Neste sentido, as EFAs são um importante movimento que luta em defesa de uma educação voltada à valorização dos saberes produzidos pelos sujeitos do campo e que, por meio de uma proposta de formação integral, promova o desenvolvimento do território de modo (auto)sustentável — anseios e lutas dos povos campestres.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. S. N., SANTOS, A. R. P. Pedagogia da alternância nas escolas do campo no Quilombo Kalunga do Mimoso: desafios e possibilidades. **Revista Criar Educação**. Edição Especial II Congresso Ibero-Americano. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2919> Acesso em: 22 fev. 2026.

BEGNAMI, J. B. **Formação Pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias**: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. 2003. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação - “FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”) – Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação, Universidade Nova de Lisboa – Portugal e Departamento de Ciências da Educação e Formação, Universidade François Rabelais de Tours – França, Belo horizonte, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 1/2006, de 1 de fevereiro de 2006.** Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt> Acesso em: 22 fev. 2026.

CORDEIRO, G. N. K. **A relação teoria-prática do curso de formação de professores do campo na UFPA.** 2009. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2009.

COSTA, M. L.; CABRAL, C. L. O. Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Revista Brasileira Educação do Campo.** Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 177-203, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/2763/9296> Acesso em: 22 fev. 2026.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; PUIG CALVÓ, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educador dos CEFFA no mundo.** Tradução: Luiz da Silva Peixoto, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave, Francisco Trevisan e Laine Fátima Ulegon Trevisan. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. 192 p.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007. (Coleção Aidefa – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

JESUS, J. G. **Formação de professores na pedagogia da alternância: saberes e fazeres do campo.** Vitória: GM, 2011.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás - EFAGO.** 2005. 318f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

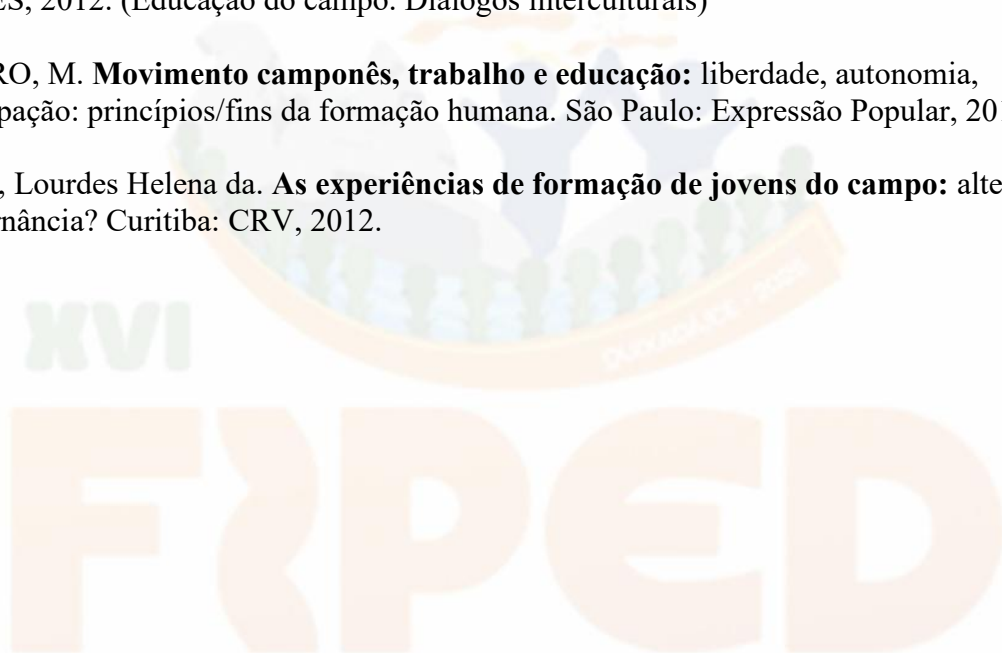
NASCIMENTO, J. A. M. do; BIANCHINI, M. A.. Educação como identidade do campo: o surgimento das EFAs no Brasil. **Ágora**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 110–130, 2020. DOI: 10.17058/agora.v22i2.15466. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/15466>. Acesso em: 27 fev. 2026.

NOSELLA, P. Ao leitor. In: GRANEREAU, A. **O Livro de Lauzun: onde começou a pedagogia da alternância**. Organização de Elenilce Gomes de Oliveira, Enéas de Araújo Arrais Neto. Revisão técnica de Paolo Nosella, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave. Tradução de Antonio João Mânfiõ, José Eustáquio Romão, Ático Fassini, Thierry De Burghgrave. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

NOSELLA, P. **Educação no campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. (Educação do campo. Diálogos interculturais)

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternâncias ou alternância? Curitiba: CRV, 2012.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP